

REUNIÃO ORDINÁRIA DO Conselho ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 06.05.2025

No dia 06 de maio de 2025, às 14h30, no formato virtual, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Bárbara Pereira Collier; Nivaldo Jorge da Silva; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Carlos Eduardo Sales de Melo; Rafael Farias Almeida; Ana Paula de Santana; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Gilmar Correia da Silva; Adailton José da Silva; Roberto Gercino; Filipe Moura; Eduarda Borba Lagioia Lippo; Josenildo Sinésio; Rennan Mendes dos Santos**, e Conselheiros (as) Suplentes: **Dayvton Diego Almeida; Maria da Conceição Cardoso da Silva; Lana Monteiro; Renan Cabral da Silva; Mércia Pontes Andrade**. **Rafael Farias** deu início aos trabalhos desejando boa tarde a todos e pedindo que os participantes compartilhassem o link da reunião e se identificassem ao entrarem, para fins de registro em ata e controle de presença. Ele explicou que, por motivos de saúde, não conseguiu convocar duas reuniões extraordinárias previamente programadas, mas que já estava em recuperação e liberado para viagens. No entanto, lamentou profundamente a impossibilidade de realizar a reunião de forma híbrida, devido à falta de equipamentos na Casa dos Conselhos, mencionando que a mesa de som estava quebrada e que isso representava um grande descaso. Rafael sugeriu que, enquanto o problema não for resolvido, as reuniões fossem realizadas em outro local, como era feito anteriormente. **Wagner Egito**, ao entrar, desejou melhoras a Rafael e questionou sobre a data da reunião extraordinária, respondido que aconteceria na próxima semana, sendo esta a reunião ordinária. Rafael reiterou a insatisfação com a falta de infraestrutura adequada, destacando que nem mesmo crachás foram providenciados com agilidade, o que o faz duvidar da compra rápida do equipamento necessário. Wagner manifestou apoio à indignação de Rafael e sugeriu que Amanda Carneiro, ausente na reunião, enviasse com urgência um ofício solicitando o uso do IPHAN para futuras reuniões, já que o local possuía melhores condições e já foi utilizado anteriormente com sucesso. Ele criticou o fato de, após um ano e meio de reuniões híbridas, o Conselho ainda não dispor de equipamentos próprios, dependendo de empréstimos e do esforço da equipe da Casa dos Conselhos. **Rafael Farias** complementou dizendo que a falta de infraestrutura mínima é inadmissível, pois a realização de reuniões presenciais e híbridas já está prevista em resolução, encerrando o tema com agradecimentos. Em seguida, passou às pautas da reunião: o projeto "Pernambuco Meu País", a Fundarpe e apresentações de novos membros. Lana Monteiro se apresentou como nova representante da Fundarpe, substituindo Marcelo Renan, e destacou sua formação em História e Ciências Sociais, além de sua atuação como professora e servidora pública. Igor, da Casa dos Conselhos, informou que Carla Pereira seria a responsável por falar pela Fundarpe. **Rafael**

REUNIÃO ORDINÁRIA DO Conselho ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 06.05.2025

Farias deu boas-vindas à Carla Pereira, que, ao tomar a palavra, perguntou sobre a dinâmica da reunião. Foi esclarecido que, primeiro, ouviriam a fala do Estado sobre o edital do "Pernambuco Meu País" e, depois, os conselheiros fariam perguntas e debateriam o tema. **Rafael** iniciou sua fala explicando que a Fundarpe foi convocada para a reunião devido à forte indignação da classe artística e de conselheiros com o lançamento do edital "Pernambuco Meu País" sem qualquer escuta prévia do Conselho. Ele destacou que o Conselho não é figurativo e desejava contribuir ativamente nas ações da Fundarpe e da SECULT. Embora reconheça a importância do festival, Rafael criticou o modo como o edital foi divulgado, sem diálogo ou transparência, e lamentou tentativas frustradas de agendar reuniões com a Secretária de Cultura e a presidência da Fundarpe. Ele apontou a ausência de comunicação, inclusive destacando que, dois dias antes do lançamento, uma representante da Fundarpe esteve em reunião do Conselho e não mencionou o edital. Reforçou que o Conselho representa a sociedade civil e que quando é ouvido, o Estado erra menos. Em resposta, Carla Pereira explicou que o edital lançado não é específico para o festival, mas sim um edital de convocatória com validade de 12 meses, permitindo maior flexibilidade. Ela afirmou que não se trata de um edital novo, mas de continuidade, com base no modelo usado no Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), e que foram feitas apenas algumas mudanças, como no sistema de ranqueamento. Reconheceu a corrida contra o tempo, mas garantiu que sugestões anteriores do Conselho foram incluídas, como as cotas e a inclusão do Artesanato. Destacou que não houve intenção de excluir o Conselho, mas sim dificuldades práticas, e sugeriu que a comissão de editais do próprio Conselho enviasse formalmente suas sugestões e questionamentos para facilitar o diálogo. Por fim, colocou-se à disposição para futuras conversas e informou que o próximo edital, referente ao ciclo carnavalesco, está previsto para ser lançado ainda no segundo semestre. **Wagner Egito** iniciou sua fala apontando duas questões principais. A primeira diz respeito à falta de envolvimento do Conselho na formulação da política cultural do Estado, o que, segundo ele, tem contribuído para o enfraquecimento do órgão. Ele destacou que o Conselho deveria ser um espaço ativo de debate e deliberação, mas tem sido relegado a uma função passiva, limitada a esclarecer dúvidas e emitir sugestões sem efetiva participação nas decisões. A segunda questão levantada foi sobre o edital "Pernambuco Meu País", que, na visão dele, foi lançado sem consulta prévia ao Conselho, gerando dúvidas e confusão entre os agentes culturais. Entre as principais dúvidas apontadas por Wagner Egito estão: a abrangência do edital de 12 meses, que pode ser prorrogado por mais 12 meses; a falta de clareza sobre quais ciclos culturais estão incluídos; e o risco de exclusão de artistas que não sabiam, com antecedência, para quais eventos estavam se inscrevendo. Ele também criticou a exigência de comprovação de cachês referentes apenas aos últimos 12 meses, considerando a realidade de muitos artistas que não conseguem atuar continuamente e, portanto, ficariam fora da

REUNIÃO ORDINÁRIA DO Conselho ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 06.05.2025

seleção. **Rafael Farias** complementou a fala de Wagner, trazendo duas perguntas centrais. A primeira foi se o edital servirá como base para contratações do Festival Pernambuco Meu País. A segunda questionou o uso do nome do festival no próprio edital, o que tem causado confusão entre os artistas, que acreditam estar se inscrevendo apenas para o festival. Rafael sugeriu que a gestão poderia ter evitado esse problema com a divulgação de um vídeo institucional explicando o objetivo do edital. **Carla Pereira** respondeu explicando que a mudança para um edital unificado foi motivada por exigências do Tribunal de Contas, que solicitou a redução e unificação dos editais ao longo do ano. Por esse motivo, foi criada uma convocatória válida por 12 meses, que permitirá a contratação de artistas e grupos para diversas ações culturais, incluindo o Festival Pernambuco Meu País e outros eventos que venham a surgir. Segundo ela, o objetivo é garantir uma base de dados contínua para futuras contratações sem a necessidade de novos processos seletivos a cada evento. Ela também esclareceu que o edital abrange eventos de diferentes naturezas e ciclos e que o nome foi mantido para dar continuidade ao projeto iniciado no ano anterior. **Rafael Farias** manifestou preocupação com a confusão causada pelo uso do nome “Pernambuco Meu País” tanto para o festival quanto para o edital. Ele destacou que, durante o Carnaval, houve um palco com esse nome em Olinda, o que levou muitos artistas a acreditarem que o edital contemplava ações carnavalescas. Para ele, a duplicidade de nomenclatura gerou interpretações equivocadas, inclusive dentro do Conselho, onde chegaram diversas dúvidas de artistas que pensavam estar se inscrevendo apenas para o festival. Segundo **Rafael**, essa confusão poderia ter sido evitada com uma comunicação mais clara, como a produção de um vídeo institucional explicativo. Ele também criticou o fato de o Conselho não ter sido consultado previamente sobre a criação do festival, defendendo que, por isso, ele não pode ser considerado uma política pública de Estado. Na visão dele, trata-se de uma decisão política da governadora que não passou pelo debate necessário dentro do Conselho, que é deliberativo e deveria ter sido envolvido. **Carla Pereira** respondeu afirmando que o edital publicado deixa claro, em seu primeiro tópico, que as ações de Carnaval e São João não estão incluídas. Acrescentou que foram produzidos vídeos institucionais explicando essas diferenças e que o nome “Pernambuco Meu País” foi adotado como identidade para diversos projetos culturais, por decisão global da gestão. Para ela, a confusão levantada está centrada principalmente na escolha do nome da convocatória. Ainda durante a discussão, Carla explicou que o edital pode ter vigência de até dois anos, conforme previsto por lei, e que essa extensão é legalmente permitida. Em relação aos prazos para pagamento de cachês, informou que houve uma mudança na legislação — agora, a validade das notas fiscais é de 12 meses, conforme a Portaria nº 2.679/21. Por fim, reforçou que todos os pontos levantados estavam acessíveis no edital e em materiais já divulgados. **Wagner Egito** destacou que, embora a Portaria nº 2.679/21 legalize a vigência do

REUNIÃO ORDINÁRIA DO Conselho ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 06.05.2025

edital por 12 meses, o problema central é político e está ligado ao uso do Conselho apenas para validar decisões já tomadas, em vez de ser incluído na construção das políticas culturais. Ele reforçou que, apesar das informações estarem no edital e em vídeos divulgados, na prática, muitos artistas da cultura popular, que não têm familiaridade com editais nem acesso a redes sociais como Instagram, ficaram confusos com a convocatória "Pernambuco Meu País". **Dayvton Almeida** reforçou esse ponto, dizendo que parece que a carroça foi colocada na frente dos bois, pois a discussão com o Conselho deveria ter acontecido antes da publicação do edital. Criticou também a falta de capacitação para elaboração de projetos, o que prejudicava muitos artistas e líderes culturais, e tornava as demandas cada vez mais pesadas para os conselheiros. **Rafael Farias** complementou dizendo que recebeu mais de 30 mensagens com dúvidas parecidas sobre o edital e que só se deu conta da importância do debate ao ouvir tantas demandas. Ele apontou ainda que, por exemplo, quadrilhas juninas com grande número de integrantes acabam ficando de fora por não conseguirem comprovação de cachês, e que a falta de prorrogação do prazo impediu que muitas pessoas conseguissem se inscrever após compreenderem melhor o edital. Todos concordaram que, para o futuro, é essencial envolver o Conselho desde o início e garantir uma comunicação acessível e clara para toda a classe artística, especialmente fora da Região Metropolitana. **Arthur Teti**, representante da cadeira de dança, questionou a contratação do espetáculo Pernambuco Meu País pela Fundarpe no ano anterior, ressaltando que não houve esclarecimento prévio ao Conselho sobre a curadoria do evento. Ele mencionou ter enviado diversos e-mails para obter respostas sobre os critérios de seleção e distribuição de recursos, mas não recebeu retorno. Arthur Teti destacou que o espetáculo custou mais de R\$ 500 mil e houve dúvidas sobre como a curadoria foi feita, especialmente considerando outros espetáculos já existentes e circulando pelo interior do estado. **Carla Pereira** respondeu que o espetáculo foi concebido a partir do núcleo de curadoria do Festival, sendo pensado como um musical que integrava dança, teatro e música. A curadoria envolveu profissionais como Maria Paula Costa Rego e João da Silva. Ela explicou que não havia valores pré-definidos por linguagem artística; o orçamento era global e ia sendo repartido conforme a execução do projeto nas diversas cidades. O grupo Brial foi o responsável legal para receber o montante, que foi redistribuído entre os envolvidos alguns pertencentes ao grupo, outros não. **Arthur Teti** voltou a perguntar se os repasses foram feitos diretamente ao grupo ou se cada artista recebeu separadamente. **Carla Pereira** esclareceu que houve situações em ambos os formatos, e que o grupo Brial foi o representante formal para a aplicação dos recursos, algo necessário do ponto de vista documental. **Rafael Farias** acrescentou que é essencial que as decisões de contratação passem pelo Conselho, criticando a predominância de decisões políticas e defendendo mais transparência e participação coletiva na gestão dos recursos públicos. Ele ressaltou que essa luta deve

REUNIÃO ORDINÁRIA DO Conselho ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 06.05.2025

continuar mesmo sendo vista por alguns como um ideal utópico. **Wagner Egito** fez um apelo para que a Fundarpe revise a exigência de comprovação de preços com base em apenas um ano anterior, mencionando um artigo da portaria que permitiria interpretações mais flexíveis. Ele pediu que se considere melhor essa possibilidade, pois a regra atual prejudica muitos artistas. **Arthur Teti** questionou também como está sendo feita a escolha do espetáculo de abertura deste ano, se será conduzida da mesma forma que no ano anterior. Já Rafael pediu esclarecimentos sobre atrasos nos pagamentos do Funcultura, principalmente referentes à cultura geral, relatando que muitos artistas ainda não receberam sequer os termos de assinatura. **Carla Pereira** informou que essa área não está sob sua responsabilidade, mas se comprometeu a buscar a devolutiva com os responsáveis para compartilhar com o Conselho. **Wagner Egito** expressou preocupação sobre a situação do Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), destacando que o nome do festival não está patenteado e que há uma disputa judicial em andamento entre a prefeitura e a Fundarpe pelo registro. Ele questiona se o Estado continuará responsável pela realização do evento ou se isso dependerá de acordos futuros e do cenário político. **Carla Pereira** respondeu que, assim como no ano anterior, a realização do FIG depende de um acordo com o município, com repasses condicionados ao fomento direto da classe artística. Ela afirmou que, apesar da disputa judicial pelo nome, isso não interfere no compromisso do Estado em realizar o festival, mas não há definição definitiva sobre o futuro da gestão do evento. **Rafael Farias** acrescentou que está tentando agendar uma reunião com a Secretaria de Cultura e a Fundarpe para esclarecer como será a organização do festival. A intenção é trazer informações para os conselheiros e entender como serão contempladas as diferentes linguagens artísticas, que, segundo ele, foram prejudicadas na edição anterior. Ele destacou que artes visuais, design e circo, por exemplo, não tiveram espaço adequado, gerando insatisfação entre os artistas. A discussão seguiu para a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), onde Rafael Farias relatou grande ansiedade da sociedade civil em relação aos pagamentos e execução dos recursos. **Yasmim Neves** explicou que o pagamento dos suplentes está em andamento, utilizando rendimentos e sobras dos editais anteriores. Caso alguns suplentes não enviem a documentação, necessários outros serão chamados para ocupar essas vagas. Além disso, parte dos recursos também está sendo destinada à política Cultura Viva, que prevê editais para pontos de cultura e pontões. Yasmim Neves informou que já estão elaborando o cronograma da PNAB para os ciclos de 2025 e 2026, com previsão de lançamento de editais a partir de agosto. A proposta é priorizar ações de fomento em vez de premiações, atendendo a uma demanda dos conselheiros. Explicou também que a adesão ao PAR (Plano de Ação Regional) foi uma exigência do Ministério da Cultura para garantir os repasses anuais, mas as metas e valores ainda serão definidos em diálogo com o Conselho. Ficou acordado que haverá uma reunião no dia 19, em formato híbrido, para discutir os avanços e

REUNIÃO ORDINÁRIA DO Conselho ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 06.05.2025

desafios da PNAB, avaliar a execução atual e planejar os próximos passos. Caso não seja possível realizá-la no IPHAN, será feita na Casa dos Conselhos. **Rafael e Yasmim** reforçaram a importância da participação ativa da sociedade civil no acompanhamento e construção dessas políticas, buscando maior transparência e efetividade nas ações culturais do estado. **Rafael Farias** comentou que muitas pessoas entenderam errado o processo do PAR, achando que já havia um desenho pronto, quando na verdade a adesão foi uma etapa inicial e os detalhes de como os recursos serão distribuídos ainda serão definidos em conjunto. Ele também confirmou que os pagamentos dos suplentes da PNAB já começaram. **Yasmim Neves** esclareceu que os pagamentos são dos suplentes de “premiação” e que estão sendo feitos conforme o cronograma. Explicou que desclassificações ocorrem principalmente por não envio de documentação, desistência, duplicidade de propostas com o mesmo CPF ou CNPJ, ou falha no recebimento do pagamento após várias tentativas — não há desclassificação por erro de CEP. **Rafael Farias** perguntou se, quando alguém é desclassificado, um suplente assume a vaga, e **Yasmim Neves** confirmou que sim, para garantir que sejam preenchidas as vagas e utilizados os rendimentos previstos. Informou que um novo lote menor pode ser aberto se houver mais vagas disponíveis. **Rafael Farias** também pediu que Yasmim explicasse como funciona o ranqueamento, já que muitos artistas se sentem injustiçados por não entenderem o critério. **Yasmim Neves** respondeu que a classificação segue primeiro a regionalização e políticas afirmativas, e só depois considera as linguagens artísticas, que acabam ficando como critério final, o que gera certa insatisfação em alguns setores. Reconheceu que esse é um ponto que precisa ser melhorado em diálogo com o Conselho. Ela reforçou que o ranqueamento segue exatamente as regras dos editais anteriores, sem alterações, e que, quando há problemas no pagamento, como conta bloqueada ou limite excedido, o financeiro entra em contato por e-mail solicitando uma nova conta em até três dias úteis. Ninguém é desclassificado apenas por falha no pagamento. **Rafael Farias** informou que não havia mais inscritos para falar sobre a PNAB e confirmou a reunião do dia 19, restando definir apenas o local. Roberto trouxe uma dúvida no chat sobre um ponto de cultura desclassificado por falta de assinatura, mesmo após ter enviado o documento. Também relatou um problema com outro ponto que foi avaliado como pontão, o que não condizia com sua proposta. **Yasmim Neves** explicou que, quando há ausência de assinatura no prazo de cinco dias úteis, ocorre desclassificação para que outro suplente seja chamado, mas se o inscrito enviar o número da inscrição, ela pode verificar o caso específico. Sobre a previsão de novos editais, disse que a expectativa é finalizar tudo até junho. Pediu atenção dos proponentes no preenchimento correto dos dados e assinaturas, pois muitos problemas estão surgindo por erros simples. Ela atualizou que o Plano Estadual está pronto e já em tramitação. Também informou que será enviada uma proposta de alteração na lei do Sistema de Incentivo à Cultura, abrangendo

REUNIÃO ORDINÁRIA DO Conselho ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 06.05.2025

melhorias no crédito cultural, mecenato e Funcultura, e que isso será analisado pelos Conselhos. Além disso, destacou que estão dando continuidade à construção do Sistema Estadual de Cultura, que será desenvolvido em diálogo com o Conselho. **Aécio Oberdam** (sociedade civil), sobre os prazos dos editais da PNAB 2024-2025. **Yasmim Neves** respondeu que, como ainda não receberam o recurso, a previsão é lançar os editais entre julho e agosto. Confirmou que haverá tempo adequado para inscrição, análise e recursos. Sobre certificação de pontos de cultura, esclareceu que o processo continua normalmente. Destacou que o foco da Secult será em editais de fomento, trazendo recortes por linguagem e ajustando pontos que ficaram descobertos na primeira PNAB, sempre em diálogo com o Conselho. **Rafael Farias** agradeceu a participação de Yasmim Neves e informou que ela estará em Arcoverde entre os dias 20 e 22, em um evento da Secult e do Observatório da Cultura, voltado ao diálogo com fazedores de cultura e gestores municipais. A atividade será aberta ao público e visa fortalecer as políticas culturais. Rafael comentou que, no dia 20, não poderá estar presente, pois participará do sorteio do Festival de Quadrilhas Juninas do Recife, mas estará disponível nos outros dias. Yasmim Neves reforçou a importância da participação na reunião do dia 19, que tratará da PNAB para o próximo ano. Em seguida, discutiram sobre o FIG (Festival de Inverno de Garanhuns). Rafael Farias e outros conselheiros expressaram preocupação com a falta de informações e articulação sobre o evento. Foi citado que tanto a prefeitura quanto a Fundarpe estão tentando registrar o nome do festival, mas ainda não há clareza sobre o processo. **Wagner Egito** reforçou que é importante que o Conselho tenha um posicionamento oficial. **Rafael Farias** disse que tentará uma reunião com a secretária de Cultura, Cacau de Paula, e a presidente da Fundarpe, Renata Borba, para esclarecer a situação. **Josenildo Sinésio** concordou em adiar a pauta sobre o FIG para a próxima reunião. Foi decidido adiar as discussões para o dia 19, em reunião híbrida, que também tratará da PNAB. **Wagner Egito** manifestou preocupação com pautas pendentes, como a criação dos grupos de trabalho da reunião descentralizada, da atualização da lei do Conselho e das eleições setoriais. **Rafael Farias** sugeriu antecipar o início da reunião para as 13h, para conseguir abordar todos os temas. Disse também que vai reativar os grupos de trabalho, principalmente o da lei do Conselho, e iniciar a organização do calendário das eleições. Encerrou agradecendo a todos e à equipe da Casa dos Conselhos. Eu George André Gomes Bezerra, na ausência da secretária Amanda Oliveira de Araújo Carneiro, secretária, lavrei a presente ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO Conselho ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 06.05.2025**

Rafael Farias Almeida (Presidente)

Bárbara Pereira Collier

Nivaldo Jorge da Silva

Arthur Bruno de Medeiros Teti

Carlos Eduardo Sales de Melo

Ana Paula de Santana

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Gilmar Correia da Silva

Adailton José da Silva

Roberto Gercino

Filipe Moura



Secretaria
de Cultura



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO Conselho ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 06.05.2025**

Eduarda Borba Lagioia Lippo

Josenildo Sinésio

Rennan Mendes dos Santos

Dayvton Diego Almeida

Maria da Conceição Cardoso da Silva

Lana Monteiro

Renan Cabral da Silva

Rennan Mendes dos Santos

Mércia Pontes Andrade